

## O Jornalismo e o Sistema Telegráfico no Brasil no Final do Século XIX<sup>1</sup>

Leticia Cantarela MATHEUS<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### RESUMO

O artigo apresenta um panorama geral das condições de integração do sistema telegráfico com o sistema noticioso nas últimas três décadas do século XIX, tendo como base os principais diários em circulação no Rio de Janeiro, e buscando seu diálogo com periódicos de Minas Gerais, Rio Grande de Sul e outros estados, na composição de uma ampla rede noticiosa que passava a se valer não mais apenas dos correios terrestres e dos malotes marítimos, mas que podia contar com as novas “autoestradas elétricas.” O objetivo é tentar relativizar parte da importância da agência Havas no processo de adoção da telegrafia pelo jornalismo brasileiro. O artigo explora também a possibilidade de o público leitor ter participado de modo ativo na divulgação de notícias com finalidade para publicação em periódicos de diferentes regiões.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; história; telegrafia

### INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a apropriação do sistema de telecomunicação telegráfica no Brasil na segunda metade do século XIX pelo jornalismo. A opção pelo estudo da integração do telégrafo com o sistema noticioso serve para evitar falar em impacto da telegrafia sobre as práticas jornalísticas, pois tal perspectiva pode ser mal interpretada como evocação de um suposto determinismo tecnológico. Em vez disso, buscamos as conexões que os homens de imprensa, governantes e público em geral estabeleceram com o novo sistema, como o utilizaram e, se houve resistências e dificuldades, por quê. Isso significa que nem sempre uma nova tecnologia é adotada imediatamente, nem que ela altera brutalmente e de repente antigas práticas, nem que se torne necessariamente útil e indispensável. Por outro lado, a adoção do telégrafo pelo jornalismo no Brasil tem sido limitada à abordagem relativa à agência internacional de notícias Havas. Por isso, decidimos procurar também algumas pistas que permitam identificar e analisar uma possível utilização mais dinâmica do telégrafo e, por isso mesmo, com causas e efeitos mais relativos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora adjunta da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, email: [leticia\\_matheus@yahoo.com.br](mailto:leticia_matheus@yahoo.com.br)

Narrativas históricas sobre o desenvolvimento do jornalismo costumam restringir o fator tecnológico “telégrafo” à participação da agência Havas no circuito noticioso no Brasil. Sodré (1999) afirma que “até 1874, as notícias do exterior chegavam por carta” (p. 215), sem levar em conta um possível circuito interno de notícias via telégrafo, publicadas principalmente nas colunas “Avulsos” e “A pedidos”. O historiador continua: “Nesse ano, a agência telegráfica Reuters-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier. Na edição de 1º de agosto de 1877, o *Jornal do Commercio* publicava os primeiros telegramas por ela distribuídos.” (p. 215) Entretanto, o telégrafo elétrico começou a ser instalado no Brasil ainda na década de 1850, portanto, bem antes da agência francesa abrir sua sucursal no Rio de Janeiro. Sobre essas trocas, há relatos de utilização da telegrafia desde a década de 1860 para relacionamento com a imprensa local, sobretudo para a obtenção, no restante do país, de notícias vindas da Corte.<sup>3</sup>

Também não têm surgido estudos empíricos sobre as consequências do telégrafo nas práticas jornalísticas, nem sobre o uso que o público fez dessa tecnologia, muito menos com a finalidade de interação com os periódicos. Costuma-me apenas reproduzir a ideia de que a telegrafia foi responsável pela transformação da linguagem jornalística, originando o *lead* (SCHUDSON, 2010).

O argumento é que os despachos militares na Europa serviram de modelo para os resumos noticiosos enviados dos *fronts* de guerra por telegrafia para os centros de comando, e parte posteriormente divulgada à imprensa. Entretanto, Nerone (2008) rebate esse argumento afirmando que, mesmo que isso tenha sido verdade, havia paralelamente uma forte cultura profissional que tornava imperativo aos jornais americanos continuarem prolixos. Primeiro, porque os repórteres recebiam seus honorários por linha redigida. Segundo, porque havia fatores estéticos e culturais baseados na oralidade, que exigiam a manutenção de textos longos. E terceiro porque o debate político ainda permaneceria, por muitas décadas, como o “sagrado” no jornalismo, ainda que as notas telegráficas fossem editadas em espaço nobre no alto da primeira página, assim como no Brasil. É mais provável que o destaque dado aos telegramas decorresse de um senso de “atualidade”, de “quentura” da notícia, do que propriamente de um critério de relevância. Segundo Nerone, os telegramas eram consumidos como simples notas, enquanto o material nobre continuava sendo os longos textos políticos e cheios de posicionamento.

---

<sup>3</sup> A ERA DA ELETRICIDADE. “O Barão, o telégrafo e a chácara”. De 06 de julho de 2010. Disponível em: <http://blogmro.blogspot.com/2010/07/o-barao-o-telegrafo-e-chacara.html>. Último acesso em: 18/01/2011.

Isso poderia dar a impressão que os telegramas foram responsáveis pela introdução – ou pelo menos pela visibilidade – do novo parâmetro da objetividade em meados do século XIX no jornalismo americano. Mesmo esse argumento é refutado por Nerone, que desconhece quaisquer comentários contemporâneos que atribuíssem alguma qualidade especial de concisão e de objetividade ao telégrafo e que pudesse ter sido conscientemente observada como uma característica “transferida” ou aplicada às narrativas jornalísticas. Segundo o pesquisador, o texto jornalístico foi, sim, sendo reduzido, porém devido a outros fatores, como pela nova divisão do trabalho nas redações e nas gráficas, pela racionalização de textos burocráticos com os quais o jornalista lidava, pela influência da linguagem publicitária e, principalmente, pela crise do “novo jornalismo” nos anos 1830, quando surge a *penny press*, caso densamente estudado por Schudson (2010). Segundo Nerone (2008), a *penny press* levou ao pânico quanto a uma suposta falta de ética no jornalismo, o que fez surgir o discurso da objetividade e a ferramenta da formação acadêmica, como espécies de antídotos contra a tendência sensacionalista.

No Brasil, igualmente temos verificado que o uso da telegrafia não parece ter alterado o modelo narrativo até pelo menos o final do século, como mostramos neste mesmo congresso no ano passado. (MATHEUS, 2011a) O conteúdo realmente se dinamizava, porém por outros fatores, como por um interesse maior pelo cotidiano, pelo início da reportagem local e pela consagração do papel do repórter na virada do século (BARBOSA, 2007; MATHEUS, 2011b). O senso de atualidade era exercido e percebido no jornalismo em muitas frentes: pela ampliação da velocidade de produção, com a aquisição de novas máquinas rotativas (BARBOSA, 2007), pelo olhar para o cotidiano local, pela publicidade e seu crescente imperativo para o consumo; e pela convivência com a telegrafia. Isto é, o senso de atualidade se dava não tanto pelo conteúdo telegráfico, que continuava prioritariamente sobre assuntos burocráticos e sobre notícias do exterior, portanto, como notas relativamente velhas e frias. Algumas exceções, entretanto, podem ter sido a colaboração espontânea dos leitores, como veremos a seguir. É claro que esses fatores, que permitiram maior senso de atualidade, integraram um processo mais amplo que incluía o intenso crescimento demográfico, com o inchaço da Corte, saltando de 274.942 habitantes para mais de 600 mil apenas em apenas três décadas; o aumento do investimento estrangeiro; a crescente industrialização; a adoção de um modelo empresarial (BARBOSA, 1996, pp. 28-29), além, evidentemente, da atmosfera sociopolítica mais dinâmica após da Abolição e a Proclamação da República.

Naquele período, apesar das condições técnicas, os jornais ou continuavam a usar as longas correspondências postais ou publicavam integralmente a sequência de telegramas, sem jamais usá-los como fonte de “apuração” como pensaríamos hoje, consolidando as informações num único texto. A lógica se assemelhava às notas do jornalismo *online* hoje em dia, quando, em vez de ser atualizadas, são simplesmente sobrepostas.

O *corpus* de estudo é formado por dez periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1900, englobando, portanto, um período anterior à instalação da Havas no Brasil, e avançando sobre um momento de consolidação do uso da telegrafia. Os diários são: Jornal do Commercio, O Fluminense, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Diário do Rio de Janeiro; Gazeta da Tarde; O Paiz; A Pátria, A Notícia, A Cidade do Rio.

Para compor a amostragem, estão sendo lidas – evidentemente não integralmente – as edições correspondentes a um mês de publicação diária, sendo escolhidos meses alternados. Pretendemos encontrar esses telegramas, identificando sua origem e data. O principal interesse recai sobre os telegramas enviados por leitores anônimos e por outros periódicos de outras províncias e estados.

## INTEGRAÇÃO NACIONAL

A telegrafia era um serviço aberto ao público desde 1958, porém as informações de diversas naturezas continuavam a circular, evidentemente, pelos antigos meios: os correios – por mar e terra -, os viajantes nas estradas, nas ferrovias, os navios e a até a telegrafia semafórica, além de todas as combinações possíveis entre essas diferentes “mídias”, compondo um sistema comunicacional que transitava entre o transporte físico e a nascente comunicação elétrica.

A rede telegráfica deve ser entendida aqui não como um negócio ou como objeto de uma história das telecomunicações no país, mas como possibilidade de trânsito de informação incorporada à atividade jornalística, através de um modelo de comunicação em rede e, por que não dizer, digital. Afinal, o código Morse é um sistema binário. A telegrafia elétrica permitia um padrão de instantaneidade possível para os homens do século XIX. Ela inaugura o que McLuhan (1969) chama de Era da Informação Elétrica. Como relatam Briggs e Burke (2004, p. 140), as descrições sobre a maravilhosa descoberta se assemelham aos argumentos mais recentes sobre a globalização e a contração do espaço, sobre a experiência de poder acompanhar os acontecimentos no seu desenrolar, em “tempo real”.

Assim como as atuais “auto-estradas da informação” pela internet, Maciel (1998) cita referências às “estradas metálicas” da transmissão elétrica citadas no final do século XIX.

Barbosa (2007, p. 23) relata que, no Brasil, o telégrafo foi um dos artefatos do progresso incorporados à rotina dos jornais, permitindo a constante atualização das informações. O telégrafo dava aos contemporâneos do século XIX a impressão de mundo mais compactado:

“Graças a sua implantação nos periódicos mais importantes da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1874, é possível noticiar fatos do mundo ocorridos ontem e transportar até províncias longínquas do Maranhão notícias do fim do ‘século das luzes’ na capital da recém-criada República.” (BARBOSA, 2007, p. 21)

Silva Júnior (2007) compara a relação entre o modelo de comunicação em rede e de negócio segmentado das agências de notícias do século XIX e o modelo digital contemporâneo:

“A importância das agências pode ser percebida durante toda a sua história através da ação de circular notícias. É um cenário que remonta ao século XIX, quando o interesse dado pela expansão dos mercados, do público leitor, e a potencialidade de uma rede de comunicação, o telégrafo, reúnem condições de emergência das agências na intermediação de notícias e informações” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 2)

Tratava-se de um processo de comunicação que operava em rede em pleno século XIX, principalmente como modelo de negócio e que, de alguma forma, tangenciava o fazer jornalístico e que hoje poderia ser entendido como uma filiação distante das redes digitais”. (ID. *IBID.* p. 2)

Briggs e Burke (2004, p. 145) contam que, na Grã-Bretanha, o fluxo telegráfico era utilizado em 1869 basicamente pelo mercado de ações e por interesses privados, como a simples comunicação entre as famílias. A imprensa era responsável por apenas 4% do total das trocas telegráficas. Entretanto, é desconhecido o mesmo tipo de dado no Brasil, embora haja registros desse fluxo no final do século XIX em relatórios da Repartição Geral de Telégrafos (RGT), ligada ao antigo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Sabemos, por enquanto, que a telegrafia deve ter se tornado bastante popular, pois, apesar do alto custo, a RGT registrou, em seu relatório anual de 1889, a reclamação dos usuários contra o “abuso dos telegrammas do serviço público”, que congestionavam as linhas com assuntos burocráticos, enquanto “afungentava os particulares pois o serviço ficava muito retardado” (BRASIL, 1909, p. 24) Sabemos também que a Lei 428 de 10 de

dezembro de 1896 reduzia em 75 % o custo da tarifa de transmissões telegráficas para o serviço de imprensa. (BERTHOLD, 1922, p. 24) De resto, sobram algumas pistas rastreadas nos próprios jornais, como mostraremos mais adiante.

O primeiro telégrafo instalado no Brasil foi em 1809, na versão ótica, unindo por sinais luminosos Cabo Frio à Corte, e atendia à demanda portuária. Em 1852, começaram a ser instaladas as primeiras linhas de telegrafia elétrica, formando uma rede integrada com as bandeiras do Morro do Castelo. Em 1864, uma nova convergência tecnológica somou ao sistema elétrico e de bandeiras o antigo telégrafo ótico. O objetivo da implantação da telegrafia era, em primeiro lugar, interligar os prédios públicos, ajudando na administração. A adoção do sistema integrado representou uma demonstração diplomática de boa vontade para a Inglaterra, com base no argumento de combate ao tráfico negreiro, após a lei de 1850 que proibia o tráfico de escravos no Império. Assim, o Brasil podia dizer que estava tomando medidas para conter o tráfico de pessoas. Mas a utilização do telégrafo só foi ampliada durante a guerra contra o Paraguai (1864-1870), quando foram instaladas as linhas até o Sul do Brasil. A partir de 1854, começaram a ser criadas as primeiras estações para utilização gratuita do público (MACIEL, 2001; SILVA e MOREIRA, 2007).

As transmissões eram limitadas a um espaço territorial relativamente pequeno e, mesmo depois da ampliação da rede até o Sul, continuaram circunscritas ao litoral, circuito que, na verdade, o tráfego marítimo de cabotagem já fazia. As notícias de longe ainda chegavam por cartas ou pessoalmente por viajantes. Mas, em 1866, foi inaugurado o cabo transatlântico, permitindo a troca de dados entre América e Europa (MACIEL, 2001, p. 132). Somente após a configuração desse cenário técnico, em que as transmissões transcontinentais se tornaram possíveis, é que a Havas instala sua sucursal no Brasil e os jornais começam a contratar seus serviços.

Segundo Maciel (1998), entre 1866 e 1886, prevaleceu o modelo misto entre linhas públicas e particulares, além das linhas pertencentes às ferrovias. Depois disso, houve uma tendência à estatização dos serviços, pois o Império entendeu que a telegrafia era tecnologia estratégica para integrar o território, costurando as províncias distantes. Para isso, também reduziu as taxas do telegrama pelos Correios, de modo a concorrer com o serviço particular prestado pelas estações ferroviárias. O público parecia preferir mandar seus telegramas pelas ferrovias, mesmo pagas, pois suas estações de transmissão ficavam abertas até mais tarde. Entretanto, Maciel relata a resistência geral da população em usar esses serviços, preferindo o bom e velho moleque de recado e as cartas, talvez por desconfiar de um meio

tão intangível quanto os sinais elétricos. Ainda segundo Maciel (*IBID.*) apesar dos esforços de integração, ainda no início do período republicano, algumas províncias não possuíam nenhum posto telegráfico. Por isso, os governos de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, por exemplo, só ficaram sabendo da Proclamação da República depois de três meses, pelo meio físico da carta mesmo.

De acordo com a Repartição Geral dos Telégrafos, o tráfego elétrico no Brasil começou em 1852 com apenas 233 telegramas enviados no ano. Em 1909, o fluxo já havia chegado a mais de 4 milhões de transmissões por ano somente pela rede pública, sem contar as linhas privadas das estradas de ferro, a linha submarina costeira da empresa inglesa Western Telegraph Company e que operava o cabo transatlântico, e ainda as linhas mais limitadas da também privada Amazon Telegraph Company. Assim, funcionava um sistema misto (público e privado), em que alguns trechos e estações eram operados conjuntamente.

Sterne (2003) descreve que, nos Estados Unidos, o acesso do público não permitia grande privacidade, pois o telegrafista pegava os recados na frente de outros funcionários e do restante do público numa pequena salinha. Até o momento, não encontramos relatos sobre isso no Brasil, mas o caso não devia ser muito diferente, devido ao volume de trabalho em algumas estações. Segundo a RGT, algumas delas, como as das capitais, possuíam um tráfego de mais de 3 mil telegramas por mês. Com a maior das quatro extensões de rede, a RGT teve um volume de tráfego de 383.147 de telegramas no ano de 1881. Dez anos mais tarde, em 1891, foram 1.001.535 trocas telegráficas, ficando esse volume estável até a virada do século.

Desse total, apenas um pequeno percentual representava correspondência externa, o que traz um dado interessante sobre a supremacia do interesse pelas informações internas. É verdade que não sabemos o quanto desse volume era destinado aos jornais ou emitido por eles, mas esses números funcionam como indício que nos leva mais uma vez à hipótese do uso recorrente da telegrafia para fins jornalísticos internos e independentes da Havas, mais do que supomos.

O serviço passou por inúmeras regulamentações, pois era necessário padronizar o sistema, ajustando-o aos interesses e tarifas de diferentes territórios, no Brasil, em outros países da América Latina e em outros continentes. Em 1860, um telegrama simples, de até 20 palavras, custava 80 rés. Em 1906, já havia inflacionado para 100 rés por palavra dentro de um mesmo estado. O valor da transmissão da palavra podia chegar a 500 rés se tivesse que atravessar cinco ou mais estados. (BRASIL, 1909)

Em 1873, dom Pedro II inaugurou o cabo submarino entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará e disparou telegrama saudando o “tão fausto acontecimento”, como uma espécie de “vovô” do *spam*. Em 1886, todo o litoral brasileiro já se encontrava conectado por 182 estações.

Segundo Maciel (1998), tanto o estímulo à iniciativa privada quanto o incentivo à rede pública da RGT estavam relacionados ao discurso de integração nacional, ao “fortalecimento do Império”; ao projeto de “derrubar fronteiras geográficas”, de fazer as ideias circularem pelos lugares mais distantes pelo “fluido elétrico”. Esses argumentos encontrados sobre as expedições do Marechal Rondon no início do XX, a fim de integrar pontos do país que continuavam isolados, estavam já de certa forma presentes nas referências às primeiras expedições do Barão de Capanema para instalar as primeiras linhas em meados do século XIX.

As estações telegráficas prestavam ainda o que chamavam de “serviços acessórios”. Eram a emissão de boletins meteorológicos, trocados com todo o planeta pelo circuito marítimo, e o serviço de integração com as estações semaforicas, que continuaram operando, sobretudo com funções portuárias, durante todo o período. Essas estações funcionavam como espécies de mídias complementares, fazendo convergir o circuito marítimo e o circuito elétrico. Havia aquelas exclusivas para sinais marítimos, isto é, para o controle da navegação. Mas também havia uma segunda categoria de estação semaforica responsável por mediar os recados chegados de navio, integrando-os ao sistema elétrico assim como por retransmitir notícias de acontecimentos em águas locais. O sentido inverso também ocorria. Por essas estações, as pessoas mandavam recados para quem estava embarcado. Recados que também podiam ter chegado por via elétrica. Portanto, nessas estações, decodificavam-se informações de um sistema para outro (inclusive do oral): do oral para o elétrico e deste para o escrito; ou do escrito para o semaforico e deste para o elétrico e mais uma vez para o impresso, entre tantas combinações possíveis.

## **INTEGRAÇÃO JORNALÍSTICA**

As colunas com o título “Telegramma” se referiam a notícias nem sempre remetidas por eletricidade, mas na forma física como correspondência. A própria telegrafia já representava, em grande parte, a integração de dois meios (num sentido totalmente McLuhaniano): a eletricidade e a ferrovia ou a eletricidade e o navio.



Toda a correspondência exterior do *Jornal do Commercio*, incluindo aquela que originalmente circulara na Europa como telegrafia e cartas endereçadas diretamente a ele, era guardada para posterior publicação suplementar quinzenal. (MATHEUS, 2011b) Esses telegramas tratavam de assuntos externos tais como comércio e principalmente as guerras na Europa. Na coluna “Exterior”, o *Jornal do Commercio* publicava telegramas de até um mês antes, ordenados cronologicamente.

Sem abandonar as cartas redigidas originalmente como cartas, o jornal publicava todos os telegramas, sem descartar os primeiros que ficaram defasados em relação aos últimos e deixava claro para seu leitor o fluxo de atualização das notícias, para que fosse possível localizar aquela informação no tempo.

Enquanto isso, as notícias sobre as províncias distantes continuavam a chegar à Corte do Rio de Janeiro pelos meios tradicionais: cartas e periódicos por malotes terrestres ou marítimos. Ao mesmo tempo, a cobertura local ganhava cada vez mais espaço, principalmente em jornais como *O Fluminense*, *Gazeta de Notícias* e *A Cidade do Rio*. Isso não significa que houvesse uma “apuração”, pois o movimento dos jornais era de recebimento das informações, não de busca por elas. A lógica do jornalismo-testemunho, como explica Lage (2001, p. 21), só viria a se consagrar no século XX.

De certo modo, o modelo de jornalismo no século XIX se assemelhava ao que hoje ocorre no jornalismo *online*, que se caracteriza muito mais por um trabalho de edição, de compilação, do que de investigação direta. Nerone (2008) também identifica essa tensão nos periódicos americanos entre os apuradores e os editores compiladores. Essa última forma, indireta, de obtenção de informação ainda faria sentido por muito tempo e especialmente naquele circuito pelo qual transitavam as informações de longe da Corte.

Nada disso, entretanto, permite-nos descartar que alguém tivesse que observar a realidade e relatá-la aos jornais. Nossa hipótese é que esse alguém fosse o próprio público, o que nos leva a questionar se os leitores também não fizeram uso da telegrafia para relatar aos jornais aquilo que julgavam importante que fosse divulgado. Encontramos, por exemplo, a divulgação de uma festa numa escola em Campos dos Goytacazes, município a 286 km do Rio, por telegrama ao *Jornal do Commercio* em 16 de dezembro de 1890, entre outros exemplos do que parecia ser divulgação espontânea.

José do Patrocínio dá pistas importantes sobre a distribuição das informações naquela época. Seu jornal, *A Cidade do Rio*, fundado em 1877 e que circulou até 1893, trazia a coluna “Telegrammas”, na página 2, dividida em duas partes: em boletins do

exterior e do interior, e ainda indicava entre parênteses, ao final de cada sequência, a fonte: ou Agência Havas ou Jornal do Commercio. Os telegramas da Havas, todos do exterior, vinham com o aviso “Serviço directo”. Isto é, A Cidade do Rio era contratante dos serviços noticiosos da agência internacional.

Bahia (2009, p. 149) confirma que A Cidade do Rio possuía, além da assinatura da Havas, um serviço particular de telegrafia e ainda um serviço especial com despachos e notícias exclusivas obtidas pelo jornal. Portanto, estamos longe de poder falar num monopólio da Havas. Além disso, o papel do Jornal do Commercio precisa ser investigado, pois parece ter sido ainda mais central.

A maior parte dos telegramas nacionais, e mesmo alguns de outras partes da América do Sul, publicados em A Cidade do Rio, vinham com a assinatura “Jornal do Commercio” entre parênteses. A primeira hipótese é que A Cidade do Rio apenas copiasse os telegramas publicados pelo Jornal do Commercio na edição do mesmo dia. A outra hipótese, entretanto, é que esse diário pudesse funcionar como aglutinador de telegramas, redistribuindo-os aos demais como numa rede. Os boletins seriam mandados não apenas para as redações cariocas, como também para outros estados, como pudemos observar em alguns periódicos mineiros. Tal hipótese é reforçada ainda pela explicação de Barbosa (2010, pp. 170-190) sobre o Jornal do Commercio funcionar quase como porta-voz do governo republicano e, pode-se dizer, também com a antiga monarquia. Exemplo da relação estreita do jornal com o poder e sua função de “assessoria de imprensa” oficial está no telegrama enviado à nação pelo ex-imperador dom Pedro II, no exílio em Portugal, sobre a morte de sua esposa.

Notícia chegadas pelo expresso de hoje:

Recebemos hontem o seguinte telegramma:

Porto, 6 de janeiro

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro

Não podendo de prompto dirigir-nos separadamente aos muitos amigos que, do Brazil, nos enviaram a expressão de sua sympathia por ocasião da irreparável perda de nossa muito cara esposa e mai, por este meio lhes endereçamos nossos cordiaes agradecimentos – D. Pedro de Alcantara – D. Isabel Condessa D’Eu – Gaston de Orleans (CORREIO DA NOITE, 07/01/1890, p. 1)

Neste caso, o Correio da Noite, jornal de Ouro Preto, em Minas Gerais, compilou a edição do Jornal do Commercio chegada de trem, como o próprio texto informa, mas o telegrama fora diretamente endereçado ao diário do Rio de Janeiro por dom Pedro. Barbosa (2010, p. 183) afirma que o Jornal do Commercio se apresentava quase como porta-voz dos

governos e possuía a função de redistribuir as informações para os demais periódicos. E é possível que, em alguma medida, essa distribuição fosse feita por telegrafia.

O enigma sobre a distribuição das notícias nacionais permanece. Afinal, ainda que fossem copiados do *Jornal do Commercio*, esses boletins tinham sido produzidos por quem? Pelo próprio jornal? Por equipes da Havas? É sabido que a agência se dedicava à cobertura internacional, mas é possível excluir a Havas da distribuição local, isto é, da configuração informacional interna? Não sabemos se esse circuito se dava exclusivamente pela rede costeira da *Western Telegraphic Company*. Se as notícias locais eram distribuídas pela Havas, por que, então, aparentemente os jornais não indicavam explicitamente sua assinatura? Nossa hipótese é que parte desses telegramas não pertencesse à Havas, que tenha sido remetida aos jornais pelos próprios interessados na sua divulgação. Além disso, há o problema dos boletins externos assinados pelo *Jornal do Commercio* e também o serviço exclusivo de *A Cidade do Rio*, lembrado por Bahia (2009).

Em 1890, o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicou o resultado das eleições nas províncias vizinhas ao Rio com a precisão do horário de apuração. No dia 25, por exemplo, publicou:

Ouro Preto, 24

O engenheiro Grey Tavares assignou hoje pela Companhia Industrial de Ouro Preto o controle para o serviço de illuminação electrica d'esta capital. Grande animação da população.

Prepara-se manifestação ao dr. Governador e às Companhias Industrial e Construtora da nova cidade de Ouro Preto – Redacção do Repórter.

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/07/1890, p. 1)

O *Repórter* era um semanário também de Ouro Preto. A cidade não fica tão distante do Rio, apenas 391 km, o que nos traz a hipótese de que a informação pudesse ter chegado pelo malote do trem mas é possível também que o dono de *O Repórter* tenha querido divulgar tal fato na capital da nova República e que para isso tenha se valido da rede telegráfica, principalmente porque havia uma linha telegráfica direta entre Rio de Janeiro e Ouro Preto, inaugurada em 1868. (BERTHOLD, 1922, p. 7)

Em 1890, *O Paiz*, que contava com uma tiragem de 32 mil exemplares, e com valor avulso de 100 réis e grande prestígio, mantinha uma coluna “*Telegrammas*” com que se supõe ser o serviço da Havas, com a seguinte assinatura “*Serviço especial d’O Paiz*”. Devido a seu prestígio, “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”, como se autodeclarava, também devia atrair o envio de telegramas avulsos de quem

quisesse simplesmente comunicar algo publicamente. Na sua coluna “Telegrammas”, encontram-se despachos do estrangeiro e nacionais, o que leva à hipótese de a Havas ter se voltado também para o circuito interno. Entretanto, havia a rubrica “avulsos” seguida de uma sequência de telegramas que pareciam ter sido enviados por iniciativa dos interessados ou mesmo por um sentimento de responsabilidade dos próprios telegrafistas. Esses profissionais, aliás, devem ter sido personagens ativos na difusão das informações dos e para os jornais.

Sete Lagoas, 22

Carmo

Foi aqui recebido hontem, às 8 horas da noite, telegramma do Dr. Avellar, noticiando ter sido adotado o traçado da estrada de ferro Central por esta cidade – Silva Campos

Sete Lagoas, 22

Em nome do povo de Sete Lagoas, felicito o Sr. ministro da agricultura por haver determinado o traçado da estrada de ferro por esta cidade.

Festeja-se com entusiasmo o acontecimento, erguendo-se vivas ao ministro Francisco Glicério – O juiz de paz, João Anastácio. (O PAIZ, 23/12/1890, p. 1)

O telegrama do município de Sete Lagoas, também em Minas Gerais, poderia ter chegado de trem rapidamente, mas a linguagem do texto indica se tratar de telegrafia. Se tivesse sido por carta, Silva Campos e João Anastácio não teriam precisado ser tão econômicos nas palavras.

Primeiro periódico do Império a contratar a Havas em 1875, a Gazeta de Notícias, também do Rio, não dedica em 1880 uma coluna exclusiva para os telegramas, porém sempre indica no texto a fonte de informação, que, muitas vezes, são os telegramas. Esse material não possui indicação sobre quem os mandou, o que faz crer que fosse o público em geral, interessado na divulgação das informações, porque, outras vezes, os telegramas aparecem com a assinatura “Serviço Telegráfico da Gazeta de Notícias”, o que indica serem da Havas.

Por telegramma recebido ontem de Pernambuco, sabe-se que foi n’aquella data inaugurado o tráfego da estrada de ferro Parahyba, com assistencia do Sr. presidente da província e no meio de immenso contentamento de toda a população, que cheia de enthusiasmo saudava os emprehendedores de tão importante melhoramento. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/08/1880, p. 2)

Ao mesmo tempo, permanece a prática da compilação de jornais enviados por navio de praticamente todas as províncias litorâneas. Mas o que chama atenção é a formação de uma espécie de rede de colaboração entre os jornais, atualizando a antiga prática da compilação, porém com a interferência da nova tecnologia telegráfica. São inúmeros os exemplos de informações creditadas a outros periódicos, principalmente aos pequenos semanários do interior, cujos redatores deviam se preocupar em mandar as notícias para a “redação irmã”, talvez porque isso lhes trouxesse prestígio e publicidade para suas próprias folhas. No exemplo abaixo, é evidente que a informação chegou ao jornal carioca via elétrica, pois o Rio Grande do Sul fica a mais de 1,5 mil quilômetro do Rio de Janeiro.

A ilustrada redação do Echo do Sul enviou-nos o seguinte telegramma:  
Rio Grande do Sul, 23  
Seguiu para Santa Catharina o capitão de fragata Eduardo Wandelecock.  
Na noite da véspera da partida recebeu uma entusiastica manifestação do comercio e do povo rio grandense. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/08/1890, p. 1)

A Gazeta da Tarde também mantinha, em 1890, o “Serviço Especial da Gazeta da Tarde - exterior e interior”, o que novamente podemos interpretar como sendo o contrato com a Havas. Desta vez, encontramos inúmeros telegramas internos, que podiam ser distribuídos pela própria agência francesa, embora não tenhamos encontrado a indicação explícita disso. Por outro lado, continuamos a encontrar os telegramas da “Redação de O Repórter”, o pequeno semanário mineiro, de quatro páginas, que parecia ser um grande distribuidor de notícias da vida social e política de Minas para o Rio de Janeiro.

Telegramas idênticos, e com a mesma data, publicados simultaneamente em diferentes periódicos, nos levam a crer que a Havas pudesse ter voltados seus investimentos para dentro do território nacional, vendendo não apenas os telegramas internacionais.

Recife, 30 de Novembro  
O povo reunido em praça publica pedia pão e trabalho. Mais de 10,000 pessoas aclamarão oradores os Dr. Antero Furtado, Dr. José Braziliano e Fortunato Pinheiro. O governador garantio satisfazer o pedido auxiliado pelo presidente da intendência. Grande entusiasmo. (do Jornal do Commercio)  
(JORNAL DO COMMERCIO, 1/12/1890, p. 1)

A assinatura “do Jornal do Commercio” trouxe a curiosidade sobre a possibilidade de ter sido o jornal a apurar a informação, porque, quando o telegrama advinha da Havas, havia “Havas” escrito entre parêntese. Teria o Jornal do Commercio funcionado como

redistribuição de informações, mesmo que não fosse um serviço comercial? Entretanto, encontramos esse mesmo texto reproduzido acima, às vezes idêntico, às vezes com pequenas variações, nas edições daquele dia dos principais jornais do Rio de Janeiro. Ou seja, seria pouco provável que o Jornal do Commercio distribuísse aquele telegrama para os diversos concorrentes, principalmente para O Paiz. Então quem distribuiu esse telegrama para quase todos os jornais em circulação no Rio? Provavelmente, a própria Havas. E então por que o Jornal do Commercio assinou como se fosse dele, diferenciando-o do material da agência?

Enquanto isso, o Correio da Noite, de Ouro Preto, continuava compilando os telegramas publicados nos jornais da capital que recebia pelo “expresso”, o trem. O jornal sempre dava o crédito “Por telegramma enviado ao Jornal do Commercio”, “ao Paiz”, “Do Diário do Rio Claro”, “Segundo telegramma de Lisboa à Gazeta de Notícias” etc. Porém, voltamos à hipótese de o Jornal do Commercio desempenhar papel especial naquele sistema, redistribuindo as informações, como no caso do pronunciamento de dom Pedro II, do exílio, sobre o falecimento da esposa.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA, J. **História da Imprensa Brasileira**. Jornal, História e Técnica. Vol. 1. RJ: Mauad-X, 2009.
- BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa. Brasil – 1800-1900**. RJ: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa. Brasil - 1900-2000**. RJ: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, M. C. **Imprensa, poder e público** (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.
- BERTHOLD, V.M. **History of the Telephone and the Telegraph in Brazil - 1851-1921**. NY: University of Michigan Library, 1922.
- BRASIL. **Repatrição Geral dos Telégrafos**. Memória Histórica. RJ: Imprensa Nacional, 1909.
- BRIGGS, A.; BURKE, P.. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à Internet. RJ: Zahar, 2004.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. RJ: Record, 2011.
- MACIEL, L. A.. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. SP: Educ, 1998.
- MACIEL, L. A.. **Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil**. Revista Brasileira de História. SP, v. 21, n. 41, 2001, pp. 127-144;
- MATHEUS, L. C. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. RJ: Mauad-X, 2011b.
- MATHEUS, L.C. **Correio, Telegrafia e o Circuito das Notícias no Século XIX**. Trabalho apresentado no XXXIV Intercom, Recife (PE), 2011a. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1716-1.pdf>. Último acesso: 17/06/2012.

McLUHAN, M.. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. SP: Cultrix, 1969.

NERONE, J. “Newswork, technology, and cultural form, 1837-1920”. In: ZELIZER, B. **Explorations in Communication and History**. NY: Routledge, 2008, pp. 136-156.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia**. Uma história social do jornais nos Estados Unidos. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2010.

SILVA JÚNIOR, J. A. da. **Legado e espólio das agências de notícias para o jornalismo na web**. Texto apresentado no GT “Estudos de Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba (PR). Anais Compós, 2007.

SILVA, M. C. da, e MOREIRA, I. de C.. “A introdução da telegrafia elétrica no Brasil. (1852-1870)”. **Revista da SBHC**. RJ, v. 5, n. 1, jan/jul, 2007, pp. 47-52.

SODRÉ, N. W.. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STERNE, J. **The Audible Past**. Cultural Origins of Sound Reproduction. London: Duke University Press, 2003.